



Relatório da Administração 2009





Aos Senhores Acionistas e à Sociedade

A administração da **J. Macêdo S.A.** submete a apreciação de V.S.^{as} o resultado do exercício de 2009. As demonstrações financeiras da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas em nosso País, fundamentadas na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações emanadas da CVM.

Mensagem da Administração

Em 2009 realizamos investimentos significativos para o crescimento do negócio e aumento da produtividade operacional, principalmente em massas, que nos asseguram a estrutura para seguir de forma firme e consistente na execução da estratégia traçada para 2010. Fatores externos afetaram os nossos resultados de forma negativa, como as turbulências no cenário internacional, as oscilações do mercado do trigo e os gastos extraordinários relacionados aos investimentos realizados.

A ampliação em massas se deu através da aquisição da fábrica mineira Chiarini, hoje nossa Unidade Pouso Alegre, e da compra de equipamentos para modernização de nosso parque fabril. Com os investimentos efetuados, a fábrica de São José dos Campos, por exemplo, terá capacidade para produzir 13 mil toneladas de massas ao mês até o final de 2010, o que significa quase triplicar a sua capacidade original.

A consolidação do SAP como nosso sistema de gestão vem oferecendo informações mais precisas para a condução do negócio, bem como para a melhoria dos processos, com maior agilidade, confiabilidade e integração entre as áreas da Companhia.

Avançamos na implementação de nossa política de gestão de pessoas, consolidando um programa de avaliação de desempenho diretamente vinculado ao alcance de metas e uma prática de remuneração, promoção e benefícios, atrelada à meritocracia e baseada em resultados.

No ano que passou, criamos a diretoria da Cadeia de Suprimentos, com o objetivo de melhor estruturar todo o processo de *supply chain*. Esta nova estrutura, ao garantir a integração entre indústria, logística, vendas, serviços ao cliente e outras áreas, nos trará ganhos significativos na satisfação do cliente e na eficiência operacional.

Em 2009 a Companhia prosseguiu no fortalecimento da aliança com a Bunge Alimentos, ampliando sinergias e reduzindo custos na operação de moinhos de trigo, por meio da Trigo Brasil.



Ressaltamos que o ano de 2009 foi muito importante na construção do nosso patrimônio mais valioso – nossas marcas. Com foco em Dona Benta e Petybon, desenvolvemos e executamos um plano de comunicação mais robusto que o ano anterior. Este plano incluiu a volta de Dona Benta para a TV com a “Promoção Dona Benta é Mais Você” e a “*premiumização*” da marca Petybon, por meio de uma comunicação consistente e impactante na Revista Caras. Petybon Grano Duro foi reconhecida, em um teste cego com mais de 30 chefs, como a melhor massa grano duro do mercado. Os resultados destas iniciativas são marcas ainda mais reconhecidas e admiradas por nossas consumidoras, o que é de grande valor hoje e para o futuro. Em 2010, este esforço terá continuidade de forma ainda mais forte e impactante.

A J. Macêdo S.A. entra em 2010 fortalecida e melhor estruturada. Estamos firmemente empenhados e comprometidos na busca de melhores resultados e no aumento da lucratividade da Companhia, robustecendo o foco no incremento da eficiência operacional e na satisfação do consumidor.

Agradecemos aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos funcionários, aos acionistas e investidores, pela colaboração e confiança.

Desempenho Operacional

A receita líquida da Companhia teve queda de 3,8% no quarto trimestre quando comparada ao mesmo período do ano anterior, impactada principalmente pela redução de preços, consequência da retração dos preços do trigo.

Como a redução dos preços continuou sendo inferior à dos custos, tivemos um aumento de 3,0% no lucro bruto ou de 2,1 pontos percentuais, aumentando de 28,7% no quarto trimestre de 2008 para 30,8% neste trimestre.

No acumulado do ano, a receita líquida retraiu 8,9%, também impactada pela redução dos preços em menor escala que os custos, e por volume. O lucro bruto absoluto teve alta de 0,9%, crescendo 3,0 pontos percentuais, de 28,7% em 2008 para 31,7% neste ano.

As despesas operacionais tiveram um aumento de 23,1% em relação ao 4T08, principalmente por maiores investimentos em marketing e despesas com pessoal. No total do ano, o aumento foi de 20,4%.

Os indicadores de liquidez e custo líquido da dívida continuaram robustos. A dívida líquida foi reduzida em 8,6% no ano. As despesas financeiras líquidas ficaram 68,7% menores quando comparadas ao quarto trimestre do ano anterior e, no total do ano, tivemos uma redução de 59,7%.

- Mercado de Consumo Doméstico:

Nos segmentos de consumo doméstico, J. Macêdo obteve uma retração de 1,6% em suas receitas enquanto os volumes cresceram 0,5% em relação ao 3º Trimestre de 2009. Em relação ao mesmo período de 2008, houve uma retração de 9,3% nas receitas enquanto os volumes foram exatamente os mesmos. No acumulado do ano houve retração de 12,9% nas receitas e de 8% nos volumes em comparação com o ano de 2008. A queda nos volumes em comparação com o ano anterior ocorreu em função da estratégia de melhoria da rentabilidade da J. Macêdo frente à redução do preço do trigo: os preços retraíram 5,3% enquanto os custos variáveis de produção caíram 12%. As margens saltaram de 20,8% para 24,3%, representando um crescimento de 3% ou de R\$ 6,7 milhões. Os mercados de Farinhas e Massas retraíram 2,8%* e 1,4%* respectivamente.

**Fonte Nielsen DJ10 e ND09 Ano Móvel 08 vs. 09*

- Farinhas:

Representando 38,1% das receitas da Companhia, o mercado de Farinhas Domésticas retraiu 2,8%* em volume e o *market share* no ano móvel 2008 vs. 2009 de J. Macêdo passou de 27,4%* para 26,0%*. Porém a Companhia começa a recuperar participação no curto prazo: de 26,4% para 27,1% (ON09 vs. DJ10). Em relação ao mesmo período de 2008, houve uma retração de 13,3% nas receitas e um crescimento de 0,7% nos volumes. No acumulado do ano houve retração 16,4% nas receitas e de 3,5% nos volumes em comparação com o ano de 2008. A relação preços (-13,4%) e custos variáveis (-20%) gerou uma melhoria de margem em 2009: de 18% para 23%. Em valores, a margem foi de R\$ 10,1 milhões superior ao ano anterior. Seguimos executando fielmente nossa estratégia de melhoria da rentabilidade do negócio de Farinhas, buscando o equilíbrio entre volumes, receitas e margens.

**Fonte Nielsen DJ10 Ano Móvel 08 vs. 09*



- Massas:

Representando 25,9% das receitas e foco da estratégia da Companhia, o mercado de Massas retraiu 1,4%* em volume e o *market share* no ano móvel 2008 vs. 2009 de J. Macêdo foi de 12,7%* para 10,5%*. No curto prazo (SO09 vs. ND09), J. Macêdo apresenta estabilidade na participação de mercado. Em relação ao mesmo período de 2008, houve uma retração de 8,9% nas receitas enquanto os volumes foram exatamente os mesmos. No acumulado do ano houve retração de 16,2% nas receitas e de 17,1% nos volumes em comparação com o ano de 2008. A relação preços (+0,6%) e custos variáveis (-9,5%) gerou uma melhoria significativa de margem de contribuição no período: de 19,6% para 24%. Seguimos com nossa estratégia em agregar valor e crescer volumes com margens saudáveis em nossa “categoria-foco”, reposicionando nossas marcas em relação ao mercado e concentrando nossas ações em segmentos/regiões de maior valor agregado.

**Fonte Nielsen ND09 Ano Móvel 08 vs. 09*

- Misturas:

Representando 11,9% das receitas da Companhia, o mercado de Misturas apresenta retração de 0,8%* em volume e o *market share* no ano móvel 2008 vs. 2009 de J. Macêdo foi de 42,2%* para 37,6%*. Porém, Misturas apresentaram um crescimento de 13,6% em receitas e de 1,4% em volumes em relação ao mesmo período de 2008. No acumulado do ano houve crescimento de 9,4% nas receitas. A elevação dos preços em 6,3% em 2009 foi executada para abrandar parcialmente a alta dos custos médios de produção, que foram fortemente impactados pelos aumentos globais do açúcar, fosfatos e das gorduras. As margens retraíram em comparação com o ano de 2008: de 26,4% para 23,7% em 2009. Porém apresentaram forte recuperação no curto prazo: de 23,9% no 3º trimestre para 26,2% no último trimestre do ano.

**Fonte Nielsen ND09 Ano Móvel 08 vs. 09*

- Outras categorias:

Biscoitos, no acumulado do ano, representando 5,5% do faturamento, apresentaram estabilidade em receitas e retração de 3,8% em volumes em relação a 2008. As margens cresceram de 27,3% para 33,7%, gerando R\$ 3,9 milhões adicionais.

Sobremesas, no acumulado do ano, representando 2,7% do faturamento, apresentaram um crescimento de 2,9% em receitas e retração de 7,7% em volumes em relação a 2008. Os preços subiram 10,8% no mesmo período, fortemente impactados pelos aumentos globais do açúcar.

Fermentos, no acumulado do ano, representando 2,2% do faturamento, apresentaram crescimento de 17,9% em receitas e 9,0% em volumes em relação a 2008. Os preços médios cresceram 8,2% no mesmo período.

Desempenho do Trigo

Os preços do trigo em 2009 foram significativamente menores que os observados em 2008, com rápida recuperação dos estoques mundiais, impulsionada por preços recordes em 2008 e boas condições de cultivo em grande parte das regiões produtoras. Considerando os preços do trigo hard americano, a redução de preço médio de 2009 em relação a 2008 foi de aproximadamente USD 120/t.

A safra 2009 no Brasil, que mostrava potencial para novo recorde (acima de 6,5 milhões de toneladas), encontrou clima adverso no final do ciclo, especialmente no Paraná, maior produtor nacional, comprometendo a qualidade e o volume (Conab 5,0 milhões de t), mas que para os padrões brasileiros de produção de trigo ainda é considerado um bom volume, que somado aos estoques remanescentes da safra anterior e os novos preços internacionais, forçaram o Governo Brasileiro a participar ativamente da comercialização para garantir os preços mínimos oficiais aos produtores.

A safra 2009 de trigo na Argentina foi de aproximadamente 8,0 milhões de toneladas, consequência da menor área de cultivo dos últimos 100 anos, cenário que incentivou a produção de trigo no Uruguai, com safra recorde de 2,2 milhões de toneladas, e no Paraguai, com produção de 1,1 milhão de toneladas, direcionando seus excedentes ao Brasil que é um dos 3 maiores importadores mundiais.

Com a restrição das exportações argentinas, o mercado brasileiro buscou o complemento de seu abastecimento no hemisfério norte, principalmente no Canadá e nos EUA, de onde recebeu 500 mil toneladas entre julho e novembro para atender as demandas do Norte e Nordeste principalmente a preços superiores ao pagos nas importações argentinas do trimestre anterior, pela incidência de Imposto de Importação e do Imposto de Adicional de Frete.

A estratégia de J. Macêdo manteve foco de nossas importações no Mercosul, não recorrendo às compras no hemisfério norte e aumentando a participação de utilização de trigo nacional com a compra de lotes selecionados e adequados às necessidades técnicas de nossos produtos, o que proporcionou à Companhia garantir a qualidade com custos médios competitivos.

Desempenho Econômico-Financeiro

Principais Indicadores – Em R\$ Mil

Descrição	4T09	4T08	4T09 X 4T08 (%)	2009	2008	2009 X 2008 (%)
Receita Bruta	345.954	364.645	-5,1%	1.347.948	1.512.251	-10,9%
Receita Líquida de Impostos	298.930	310.682	-3,8%	1.158.473	1.271.350	-8,9%
Lucro Bruto	91.968	89.267	3,0%	367.698	364.543	0,9%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	30,8%	28,7%	2,1 p.p.	31,7%	28,7%	3,0 p.p.
Resultado antes do IR	(3.792)	3.755	-201,0%	4.118	47.188	-91,3%
Margem Operacional (%)	-1,3%	1,2%	-2,5 p.p.	0,4%	3,7%	-3,3 p.p.
EBITDA*	37.246	85.728	-56,6%	37.246	85.728	-56,6%
Margem EBITDA (%)*	3,2%	6,7%	-3,5 p.p.	3,2%	6,7%	-3,5 p.p.

* 12 últimos meses

RECEITA BRUTA

Faturamento – Em R\$ Mil

Faturamento	4T09	4T08	4T09 X 4T08 (%)	2009	2008	2009 X 2008 (%)
Farinha Doméstica e Farelo	116.477	142.620	-18,3%	513.290	626.465	-18,1%
Massa	90.614	99.423	-8,9%	349.270	416.668	-16,2%
Mistura para Bolo	42.264	37.191	13,6%	159.833	146.108	9,4%
Biscoito	18.470	18.202	1,5%	74.725	74.075	0,9%
Sobremesa	10.638	12.842	-17,2%	36.911	35.869	2,9%
Fermento	6.995	6.838	2,3%	29.370	24.908	17,9%
Outros	60.496	47.529	27,3%	184.549	188.158	-1,9%
Total	345.954	364.645	-5,1%	1.347.948	1.512.251	-10,9%

A receita bruta no 4T09 totalizou R\$ 346,0 milhões, 5,1% abaixo dos R\$ 364,6 milhões registrados no 4T08. Este decréscimo deveu-se essencialmente à redução dos preços de venda, ainda que esta redução tenha sido menor que a redução dos preços do trigo. O volume de vendas do trimestre fechou no mesmo patamar do volume de vendas do 4T08.

No total do ano fechamos com a receita bruta 10,9% abaixo do ano anterior, impactada pelos menores preços e volume.

CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 4T09 totalizaram R\$ 207,0 milhões, equivalentes a 69,2% da receita líquida, comparados aos R\$ 221,4 milhões (71,3% da receita líquida) registrados no 4T08. Houve impacto principalmente da redução do preço do trigo, que foi parcialmente neutralizado pelo aumento do preço do açúcar.

No total do ano os custos totalizaram R\$ 790,8 milhões, equivalentes a 68,3% da receita líquida, comparados aos R\$ 906,8 milhões (71,3% da receita líquida) registrados no ano anterior.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 4T09 foi de R\$ 92,0 milhões, um acréscimo de 3,0% em relação aos R\$ 89,3 milhões registrados no 4T08. No trimestre este lucro representa 30,8% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 28,7%.

No total do ano, o lucro bruto foi de R\$ 367,7 milhões, crescendo 0,9% comparado a 2008 e representando um valor relativo superior de 3,0 pontos percentuais.

DESPESAS OPERACIONAIS – R\$ Mil

Despesas Operacionais	4T09	4T08	4T09 X 4T08 (%)	2009	2008	2009 X 2008 (%)
Vendas	(64.338)	(55.910)	15,1%	(241.389)	(213.133)	13,3%
Gerais e Administrativas	(26.887)	(17.123)	57,0%	(93.503)	(68.151)	37,2%
Honorários da Administração	(1.521)	(1.173)	29,7%	(5.514)	(4.744)	16,2%
Depreciação/Amortização	(2.712)	(1.232)	120,1%	(9.892)	(4.153)	138,2%
Outras despesas/ receitas	2.595	11	N/A	(185)	(1.017)	-81,8%
Total	(92.863)	(75.427)	23,1%	(350.483)	(291.198)	20,4%

As despesas operacionais do 4T09 totalizaram R\$ 92,9 milhões, correspondentes a 31,1% da receita líquida do mesmo período, que comparados com os R\$ 75,4 milhões registrados no 4T08 (24,3% da receita líquida), apresentaram um crescimento de 23,1%, devido principalmente as despesas com vendas cujo aumento, incluindo investimentos de marketing, foi de 15,1%, e das despesas gerais e administrativas em 57,0%, que atingiram R\$ 26,9 milhões, novamente devido ao aumento das despesas com pessoal e tecnologia da informação, em especial relacionadas ao SAP, dando continuidade ao processo de implementação da estrutura direcionada ao mercado de Consumo. O aumento do total do ano ficou em 20,4%, comparados a 2008.

RESULTADOS FINANCEIROS – R\$ Mil

Resultado Financeiro	4T09	4T08	4T09 X 4T08 (%)	2009	2008	2009 X 2008 (%)
Receitas Financeiras	3.771	8.720	-56,8%	19.054	13.805	38,0%
Despesas Financeiras	(7.100)	(19.364)	-63,3%	(30.669)	(42.642)	-28,1%
Total	(3.329)	(10.644)	-68,7%	(11.615)	(28.837)	-59,7%

O resultado financeiro líquido foi menor em 68,7% no 4T09 comparado ao mesmo período do ano anterior. A redução das despesas líquidas financeiras no trimestre foi consequência da redução dos juros básicos, assim como redução do *spread* nas linhas de capital de giro e uso de linhas mais competitivas. No 4T08 houve impacto de variação cambial.

No total do ano, as despesas líquidas financeiras ficaram 59,7% menores, decorrente do resultado positivo das aplicações, consequência de maior disponibilidade de caixa, positivamente impactado pela melhoria de capital de giro.

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E EBITDA

O resultado antes do imposto de renda do 4T09 foi negativo em R\$ 3,8 milhões, inferior aos R\$ 3,8 milhões positivos registrados no 4T08. O EBITDA total do ano 2009 foi de R\$ 37,2 milhões contra R\$ 85,7 milhões no ano anterior.

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	2009	2008	2009 X 2008 (%)
Curto Prazo	110.360	78.574	40,5%
Empréstimos e Financiamentos	79.230	44.999	76,1%
Debêntures	31.130	33.575	-7,3%
Longo Prazo	43.838	70.787	-38,1%
Empréstimos e Financiamentos	14.569	12.321	157,7%
Debêntures	29.269	58.466	-49,9%
Total Endividamento	154.198	149.361	3,2%
(-) Caixa	(99.135)	(89.143)	11,2%
Dívida Líquida	55.063	60.218	-8,6%

Indicadores Financeiros	2009	2008	2009 X 2008 (%)
Dívida Líquida/ Ebitda	1,48	0,70	111,4%
Dívida Líquida/ PL	0,21	0,27	-22,2%
Endividamento/ Ativo Total	0,25	0,25	0,0%

Nota: Indicadores da Controladora

O endividamento total da Companhia no fechamento do ano foi 3,2% maior que em dezembro de 2008. Este fato ocorreu devido ao aumento das linhas de capital de giro, privilegiando liquidez. A posição do caixa esteve 11,2% superior ao fechamento 2008, reduzindo, assim, a dívida líquida em 8,6%.

Os indicadores financeiros continuaram positivos neste período e reforçam uma posição de elevada liquidez.

INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. e Pico da Caledônia Empreendimentos. As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.



AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor independente da Companhia é a firma Ernst & Young Auditores Independentes S.S., contratada no início de 2007 pelo Comitê de Auditoria. Não foram prestados serviços conflitantes conforme Instrução CVM 308.

Perspectivas

A Administração continua consistente na sua trajetória estratégica, construindo uma posição competitiva de baixo custo na cadeia de produção e suprimentos, suportando a melhoria de distribuição de nossos produtos e valorizando nossas marcas através de uma política consistente de preços e marketing.

Demonstrações Financeiras

J. MACÊDO S.A. e Consolidado

***31 de dezembro de 2009 e 2008
com Parecer dos Auditores Independentes***

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações Financeiras Auditadas

31 de dezembro de 2009 e 2008

Índice

Parecer dos Auditores Independentes.....	1
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balanços Patrimoniais	2
Demonstrações dos Resultados	4
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	6
Demonstrações dos Valores Adicionados	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	9

Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
J. Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos os balanços patrimoniais da J. Macêdo S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da J. Macêdo S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Macêdo S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da J. Macêdo S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza (CE), 24 de março de 2010

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-S-CE

Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ 061.469/O-4-S-CE

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC – 1SP 171.230/O-7-S-CE

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Balanços Patrimoniais
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes a caixa (Nota 5)	99.135	89.143	99.440	89.315
Contas a receber de clientes (Nota 6)	90.483	111.224	90.537	111.325
Estoques (Nota 7)	97.492	110.771	97.492	110.771
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 9)	23.029	22.964	23.049	22.977
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	23.353	-	23.353	-
Outros créditos	6.208	13.615	6.274	13.681
Total do ativo circulante	339.700	347.717	340.145	348.069
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas (Nota 4)	-	51.216	-	51.216
Bens destinados à venda (Nota 8)	5.904	5.789	5.904	5.789
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 9)	12.497	7.615	12.497	7.615
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	18.244	-	18.244	-
Outros créditos	3.163	1.980	3.185	1.994
Investimentos (Nota 11)	26.016	24.689	64	460
Imobilizado (Nota 12)	175.665	127.149	179.953	131.745
Intangível (Nota 14)	32.649	21.376	32.649	21.376
Total do ativo não circulante	274.138	239.814	252.496	220.195
Total do ativo	613.838	587.531	592.641	568.264

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Balanços Patrimoniais
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	43.952	40.724	43.965	40.731
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	79.230	44.999	79.230	44.999
Debêntures (Nota 16)	31.130	33.575	31.130	33.575
Arrendamento mercantil (Nota 13)	280	260	-	-
Tributos a recolher (Nota 17)	37.853	25.077	38.003	25.228
Salários e encargos a pagar	11.585	12.725	11.659	12.783
Partes relacionadas (Nota 4)	7.059	28.390	10	23.169
Fretes a pagar	6.729	6.631	6.729	6.631
Dividendos propostos (Nota 19e)	4.809	15.605	4.809	15.605
Adiantamentos de clientes	1.513	2.205	340	1.451
Outras contas a pagar	23.327	11.033	23.360	11.033
Total do passivo circulante	247.467	221.224	239.235	215.205
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	14.569	12.321	14.569	12.321
Debêntures (Nota 16)	29.269	58.466	29.269	58.466
Arrendamento mercantil (Nota 13)	12.986	13.266	-	-
Tributos a recolher (Nota 17)	13.996	31.343	13.996	31.343
Provisão para contingências (Nota 18)	15.340	24.602	15.340	24.602
Outras contas a pagar (Nota 11)	12.975	-	12.975	-
Total do passivo não circulante	99.135	139.998	86.149	126.732
Participação de acionistas não controladores	-	-	21	18
Patrimônio líquido (Nota 19)				
Capital social	197.873	197.872	197.873	197.872
Reserva de capital	601	601	601	601
Reservas de lucros	68.762	27.836	68.762	27.836
Total do patrimônio líquido	267.236	226.309	267.236	226.309
Total do passivo e patrimônio líquido	613.838	587.531	592.641	568.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receita operacional bruta	1.347.948	1.512.251	1.372.907	1.512.675
Impostos, descontos e abatimentos	(189.475)	(240.901)	(192.699)	(241.292)
Receita operacional líquida	1.158.473	1.271.350	1.180.208	1.271.383
Custo dos produtos vendidos	(790.775)	(906.807)	(804.304)	(904.617)
Lucro bruto	367.698	364.543	375.904	366.766
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(241.389)	(213.133)	(246.141)	(213.133)
Despesas gerais e administrativas	(93.503)	(68.151)	(95.714)	(68.285)
Honorários da administração (Nota 4)	(5.514)	(4.744)	(5.514)	(4.744)
Receitas financeiras (Nota 20)	19.054	13.805	19.242	13.747
Despesas financeiras (Nota 20)	(30.669)	(42.642)	(29.691)	(42.645)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 11)	(1.482)	2.680	-	-
Depreciação e amortização	(9.892)	(4.153)	(10.090)	(4.154)
Outras despesas operacionais, líquidas	(185)	(1.017)	(3.264)	(1.046)
	(363.580)	(317.355)	(371.172)	(320.260)
Lucro operacional	4.118	47.188	4.732	46.506
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.118	47.188	4.732	46.506
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10):				
Corrente	-	(4.719)	(614)	(5.046)
Diferidos	41.597	-	41.597	-
	41.597	(4.719)	40.983	(5.046)
Lucro líquido do exercício	45.715	42.469	45.715	41.460
Lucro por ação – R\$	2,09	1,95		
Quantidade de ações em circulação no final do exercício	21.832.197	21.832.128		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Controladora
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Incentivos fiscais	Legal	Incentivos fiscais	Retenção		
Saldos em 31 de dezembro de 2007	197.872	601	1.378	-	-	-	199.851
Ajustes de exercícios anteriores – Lei 11.638/07 (Nota 2.1)	-	-	-	-	-	(425)	(425)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.469	42.469
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal (Nota 19e)	-	-	2.102	-	-	(2.102)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,71 por ação) (Nota 19e)	-	-	-	-	-	(15.586)	(15.586)
Reserva de incentivos fiscais (Nota 21)	-	-	-	24.356	-	(24.356)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	197.872	601	3.480	24.356	-	-	226.309
Aumento de capital	1	-	-	-	-	-	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	45.715	45.715
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal (Nota 19e)	-	-	2.286	-	-	(2.286)	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 21)	-	-	-	24.273	-	(24.273)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,22 por ação) (Nota 19e)	-	-	-	-	-	(4.789)	(4.789)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	14.367	(14.367)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	197.873	601	5.766	48.629	14.367	-	267.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fluxos de caixas das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	45.715	42.469	45.715	41.460
Ajustes de valores para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	19.405	9.854	19.713	11.501
Equivalência patrimonial	1.482	(2.680)	-	-
Resultado de ativo imobilizado baixado	6.099	2.301	6.099	13.824
Baixa de investimentos	396	-	396	-
Constituição (reversão) de provisão para devedores duvidosos	1.463	(4.114)	1.463	(4.114)
Constituição (reversão) de provisão para bonificações	(624)	1.393	(624)	1.393
Constituição de provisão para contingências	(3.309)	15	(3.309)	15
Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	614	128	614	128
Constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos	(41.597)	-	(41.597)	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	15.837	20.630	16.219	20.630
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Contas a receber de clientes	23.818	4.584	23.863	4.558
Estoques	14.574	15.226	14.575	15.226
Impostos e contribuições sociais a compensar	(3.367)	(6.634)	(3.372)	(6.642)
Partes relacionadas	29.379	24.504	29.379	24.504
Bens destinados à venda	(115)	(4.989)	(115)	(4.989)
Outros créditos	5.550	(6.628)	5.518	(5.656)
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	(397)	151	(391)	149
Arrendamento mercantil	-	13.526	-	-
Tributos a recolher	(11.183)	786	(11.186)	908
Salários e encargos a pagar	(2.217)	2.558	(2.201)	2.571
Partes relacionadas	1.815	1.893	1.815	-
Fretes a pagar	98	(1.179)	98	(1.179)
Adiantamento de clientes	(746)	650	(1.165)	688
Contas a pagar	8.894	(4.418)	8.953	(4.959)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	111.584	110.026	110.460	110.016
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos, líquido de caixa	(13.788)	-	(12.397)	-
Recebimento de dividendos	134	-	-	-
Imobilizado	(49.318)	(49.029)	(49.318)	(49.029)
Intangível	(11.167)	(21.272)	(11.167)	(21.272)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	-	10.800	-	10.800
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(74.139)	(59.501)	(72.882)	(59.501)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos/financiamentos	76.554	129.355	76.554	129.355
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(48.183)	(95.399)	(48.183)	(95.399)
Amortização de principal e juros de debêntures	(40.239)	(28.939)	(40.239)	(28.939)
Dividendos distribuídos	(15.585)	(10.061)	(15.585)	(10.061)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(27.453)	(5.044)	(27.453)	(5.044)
Acréscimo no caixa e equivalentes a caixa	9.992	45.481	10.125	45.471
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes a caixa				
No início do exercício	89.143	43.662	89.315	43.844
No final do exercício	99.135	89.143	99.440	89.315
Acréscimo no caixa e equivalentes a caixa	9.992	45.481	10.125	45.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos Valores Adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
1 – Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.347.948	1.512.233	1.372.907	1.512.657
(-) Abatimentos e descontos	(20.227)	(22.901)	(20.227)	(22.901)
Outras receitas	3.996	8.274	4.026	8.274
	1.331.717	1.497.606	1.356.706	1.498.030
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(790.775)	(844.761)	(804.304)	(843.354)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(194.121)	(221.377)	(201.620)	(221.891)
Recuperação de valores ativos	(6.425)	(7.392)	(6.425)	(7.392)
Outras despesas operacionais	(2.073)	(5.754)	(2.253)	(5.803)
	(993.394)	(1.079.284)	(1.014.602)	(1.078.440)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	338.323	418.322	342.104	419.590
4 – Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(9.892)	(5.883)	(10.090)	(6.300)
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	328.431	412.439	332.014	413.290
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(1.482)	2.680	-	-
Receitas financeiras	19.053	13.805	19.242	13.746
Outras	-	1.259	-	1.259
	17.571	17.744	19.242	15.005
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	346.002	430.183	351.256	428.295
8 - Distribuição do valor adicionado				
Empregados	104.947	90.392	107.617	91.058
Remuneração direta	68.525	57.054	70.718	57.666
Honorários da administração	5.515	4.744	5.515	4.744
Participação dos empregados nos lucros	1.115	3.000	1.115	3.000
Benefícios	20.024	16.082	20.168	16.134
FGTS	7.298	6.000	7.628	6.000
Outros gastos	2.470	3.512	2.473	3.514
Impostos, taxas e contribuições	148.586	241.644	152.604	242.094
Federais	42.589	119.812	46.277	120.258
Estaduais	104.692	120.381	104.857	120.385
Municipais	1.305	1.451	1.470	1.451
Remuneração de capital de terceiros	46.754	55.678	45.320	53.683
Juros	30.669	42.643	29.691	42.645
Aluguéis	16.085	13.035	15.629	11.038
Remuneração de capital próprio	45.715	42.469	45.715	41.460
Dividendos	4.789	15.586	4.789	15.586
Reserva de lucros	40.926	26.883	40.926	25.874
Total	346.002	430.183	351.256	428.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”) atua preponderantemente na produção e comercialização de farinhas de trigo para o consumo doméstico, misturas prontas para bolo, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos para uso doméstico, segregados por categorias de negócios, entre elas farinhas, massas, misturas para bolo e sobremesas, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com centros de distribuição nas regiões nordeste, norte, centro oeste, sudeste e sul, com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

b) Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.

A Companhia tem contrato de industrialização por encomenda com a Bunge Alimentos S.A. formalizando um acordo de industrialização recíproca, datado de 30 de janeiro de 2004 e aditado em 3 de julho de 2006, pelo qual a Bunge Alimentos S.A. produz para a J. Macêdo S.A. farinha de trigo para consumo doméstico ou para fabricação própria de massas, misturas e biscoitos e, a J. Macêdo S.A. produz para a Bunge Alimentos farinha de trigo para a indústria processadora de alimentos (industrializados, panificação e *food service*), em caráter complementar às suas respectivas atividades.

c) Aquisição e incorporação da controlada Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda. (“Chiarini”)

Em 6 de janeiro de 2009, atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas, ao mercado e à sociedade a aquisição, naquela data, da totalidade das quotas do capital social da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., sociedade empresária com sede na Rua Antônio Scodeler nº. 387, Bairro Faisqueira, em Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, a qual dedica-se às atividades de industrialização e comercialização de massas alimentícias.

A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração de J. Macêdo S.A. em reunião realizada em igual data, nos termos do art. 15, “i”, do Estatuto Social e ratificada pela Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada no dia 28 de abril de 2009 com esse objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256, da Lei nº 6.404/76. Essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 15 de abril de 2009.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- c) Aquisição e incorporação da controlada Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda. ("Chiarini")-- Continuação

A J. Macêdo S.A. e a sua controlada Chiarini são partes do mesmo grupo econômico que explora operações comerciais e industriais nos ramos de alimentação em geral. Neste sentido, a Administração das sociedades analisou alternativas para a melhor condução de suas atividades e políticas gerenciais, levando-se em conta a intenção de se racionalizar custos e incrementar os negócios no País, através da consolidação de suas atividades.

Com o objetivo de evitar a superposição de estruturas societárias com o mesmo objetivo e reduzir seus custos operacionais, a alternativa mais vantajosa para as partes foi a incorporação da Chiarini pela J.Macêdo S.A..

A referida incorporação possibilitou a absorção pela J.Macêdo S.A. de todos os elementos ativos e passivos integrantes do patrimônio da incorporada, com data base em 31 de julho de 2009.

O acervo líquido incorporado, com base no valor contábil, foi de R\$ 6.427, conforme demonstrado abaixo:

Ativo:	
Circulante	7.237
Não circulante	5.422
	<hr/>
	12.659
Passivo:	
Circulante	6.232
	<hr/>
Acervo líquido incorporado	6.427

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Demonstrações financeiras da Companhia e empresas controladas

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de março de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresa	Participação %
(i) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	33,33
(ii) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. ("Pico da Caledônia")	99,90
(iii) Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda. ("Chiarini")	-

(i) Tergran (sociedade de capital fechado) – investimento efetuado em conjunto com Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (controlada em conjunto – participação de 33,33% de cada investidor). A Tergran é uma empresa de propósito específico cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

(ii) Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) – como previsto nos instrumentos contratuais do acordo operacional firmado entre J. Macêdo S.A. e Bunge Alimentos S.A., cada uma das partes convencionou constituir companhias separadas sob forma de sociedades por ações, tendo sido as ações respectivas, objeto de penhor, para garantia das operações pactuadas. A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de "Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.", detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação. Em contrapartida, a Bunge Alimentos S.A. constituiu uma outra sociedade denominada Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A., detendo a Bunge Alimentos S.A. 999 ações e a J. Macêdo S.A. 1 ação.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

A Pico da Caledônia é uma empresa de propósito específico, e seu capital social foi subscrito mediante conferência, em 2006, de bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

- (iii) Chiarini (sociedade limitada) investimento efetuado visando a ampliação de sua capacidade instalada no segmento de massas, além do ingresso em mercado até então não operado industrialmente pela J. Macêdo S.A.. As informações financeiras da Chiarini foram consolidadas até a incorporação (vide Nota 1c).

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

A conciliação do lucro líquido do exercício entre controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2008 é assim resumida:

	2008
Controladora	<u>42.469</u>
Ajustes de exercícios anteriores registrados pela controlada Pico da Caledônia	<u>(1.009)</u>
Consolidado	<u><u>41.460</u></u>

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na *data da transição* e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes a caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis dedutíveis disponíveis para venda.

Em 2009, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, tais como: “forwards”, “opções” ou “swap”.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos.

e) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Informações referentes a abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão demonstradas na Nota 6.

f) Provisão para bonificações de clientes

As bonificações representadas por descontos financeiros concedidos são reconhecidas no momento da venda dos respectivos produtos e apresentadas como redução das contas a receber de clientes e constituídas com base em valores e/ou percentuais definidos em contratos, basicamente com grandes redes varejistas. As bonificações incorridas que não estão diretamente relacionadas com as contas a receber foram registradas no passivo, como outras contas a pagar.

g) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a compensar.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

j) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável, conforme descrito na Nota 14.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a testes para análise de perda ao seu valor recuperável

l) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

m) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

n) Tributação sobre a receita

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

ICMS – Alíquotas de 7% a 19%
PIS – Alíquota de 1,65% (a)
COFINS – Alíquota de 7,60% (a)

(a) Excetuando a farinha de trigo, cuja alíquota foi reduzida a zero, conforme Medida Provisória nº 433 de 27 de maio 2008, prorrogada pela Medida Provisória nº 465 de 29 de junho de 2009.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Governos dos Estados do Ceará e Bahia nas modalidades PROVIN e DESENVOLVE, os quais estão descritos na Nota 21. Os recursos oriundos desses benefícios são reconhecidos mensalmente, como redutores das deduções de vendas, na data de sua apuração.

o) Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

o) Tributação sobre o lucro--Continuação

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são demonstrados no ativo circulante e não circulante, conforme sua expectativa de realização.

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017 para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017 e redução de 12,5% a partir do ano de 2009 até 2013 para industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

p) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo estadual e federal e de que serão auferidas. Registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

r) Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis; o imposto de renda e contribuição social de ativos diferidos; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

s) Provisão para contingências

Atualizada até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na Nota 18.

t) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM ° 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração do valor adicionado foi preparada e esta apresentada de acordo com a Deliberação CVM ° 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Partes relacionadas

Companhias	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Ativo				
J. Macêdo S.A. Com. Adm. e Participações	-	4.020	-	4.020
J. Macêdo Alimentos S.A. (a)	-	41.771	-	41.771
Cemec Construções Eletromecânicas S.A.	-	3.887	-	3.887
Dinel Participações Ltda.	-	1.207	-	1.207
Sul Trigo Cereais Comércio Atacadista Ltda.	-	29	-	29
Outros	-	302	-	302
	-	<u>51.216</u>	-	<u>51.216</u>
Passivo				
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	7.049	5.221	-	-
J. Macêdo Alimentos S.A.	10	-	10	-
Cipolin S.A.	-	23.169	-	23.169
	7.059	<u>28.390</u>	10	<u>23.169</u>

(a) Referiam-se, basicamente, a saldos de mútuos, recebíveis decorrentes de valores pagos pela Companhia à controladora e recebíveis por operações mercantis (venda de produtos). Esses saldos foram liquidados no decorrer do exercício de 2009.

A Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. possui acordo de industrialização, conforme citado na Nota 2.2, por prazo indeterminado.

Os moinhos da Pico da Caledônia são parte integrante do acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A..

Durante o ano de 2009, a Companhia importou trigo fundamentalmente da Argentina no valor total de R\$ 73.240 (R\$ 184.180 em 2008), a preço de mercado, junto a Companhia ligada Cipolin S.A., com sede no Uruguai. Essas operações são usualmente liquidadas à vista ou com prazo inferior a sete dias. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia adquiriu materiais e serviços da Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. e da Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., nos montantes de R\$ 456 (R\$ 1.998 em 2008) e R\$ 2.922 (R\$ 2.380 em 2008), respectivamente.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Partes relacionadas--Continuação

Avais

A Companhia não possui nenhuma garantia prestada a partes relacionadas ou a terceiros.

As operações para financiamento e capital de giro junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por títulos do contas a receber e notas promissórias emitidas pela Companhia. Apenas uma pequena parcela dessas operações, entretanto, no que concerne a garantias, recebeu avais de nossa controladora J. Macêdo Alimentos S.A., não representando mais do que 29% do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Contratos de arrendamento

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge; e

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná.

Honorários da Administração

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 667 (R\$ 8.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício de 2009, as despesas com honorários da administração foram de R\$ 5.514 (R\$ 4.744 em 2008).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Banco conta movimento	5.177	19.050	5.189	19.087
Aplicações financeiras:				
Fundos de renda fixa	23.111	32.912	23.404	33.047
CDB – Certificado de Depósito Bancário	70.847	37.181	70.847	37.181
	99.135	89.143	99.440	89.315

As aplicações financeiras referem-se substancialmente aos fundos de investimentos financeiros com remunerações próximas a variação do depósito interbancário. Essas operações possuem liquidez imediata.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Clientes no país	101.919	121.821	101.973	121.922
Provisão de verbas contratuais	(6.821)	(7.445)	(6.821)	(7.445)
Provisão devedores duvidosos	(4.615)	(3.152)	(4.615)	(3.152)
	90.483	111.224	90.537	111.325

A provisão de verbas contratuais de clientes é oriunda de obrigações contratuais de serviços dos grandes varejistas, deduzida dos valores das faturas em aberto.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, contas a receber no valor de R\$ 25.900 se constituem em garantia fiduciária das debêntures (Nota 16).

A abertura do saldo por idade de vencimento está abaixo demonstrada:

Prazo:	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
A vencer	90.368	109.552	90.422	109.653
1 a 30 dias	5.409	6.702	5.409	6.702
31 a 60 dias	776	1.421	776	1.421
61 a 90 dias	718	889	718	889
91 a 120 dias	228	525	228	525
121 a 150 dias	154	235	154	235
151 a 180 dias	224	82	224	82
Vencidos há mais de 180 dias	4.042	2.415	4.042	2.415
	101.919	121.821	101.973	121.922

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Matéria prima	21.326	20.969	21.326	20.969
Importações em andamento	1.641	3.446	1.641	3.446
Produtos em processo	1.644	309	1.644	309
Produtos acabados	35.264	40.605	35.264	40.605
Materiais de produção	16.820	21.880	16.820	21.880
Materiais de manutenção e outros	5.342	3.874	5.342	3.874
Adiantamentos a fornecedores (a)	16.710	20.329	16.710	20.329
(-) Provisão para perdas em estoque	(1.255)	(641)	(1.255)	(641)
	97.492	110.771	97.492	110.771

(a) Substancialmente representado por adiantamentos a fornecedores de trigo.

8. Bens destinados à venda

Referem-se, basicamente, a um terreno recebido como quitação de dívida no montante de R\$ 801, situado em Bayeux – PB, e terrenos e edificações de um moinho localizado em São Paulo-SP, no montante de R\$ 4.988, cujas operações foram descontinuadas.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora					
	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	9.744	8.233	17.977	10.858	6.659	17.517
ICMS a recuperar sobre ativo Imobilizado	856	2.018	2.874	758	956	1.714
Imposto de renda a compensar	4.018	-	4.018	9.563	-	9.563
Contribuição social a compensar	1.167	-	1.167	-	-	-
PIS e COFINS a compensar	5.898	2.246	8.144	785	-	785
Outros impostos e contribuições	1.346	-	1.346	1.000	-	1.000
	23.029	12.497	35.526	22.964	7.615	30.579

	Consolidado					
	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	9.744	8.233	17.977	10.858	6.659	17.517
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	856	2.018	2.874	758	956	1.714
Imposto de renda a compensar	4.038	-	4.038	9.563	-	9.563
Contribuição social a compensar	1.167	-	1.167	-	-	-
PIS e COFINS a compensar	5.898	2.246	8.144	785	-	785
Outros impostos e contribuições	1.346	-	1.346	1.013	-	1.013
	23.049	12.497	35.546	22.977	7.615	30.592

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Imposto de renda do exercício	-	(4.336)	(614)	(4.568)
Contribuição social do exercício	-	(1.642)	-	(1.737)
Incentivo fiscal do imposto de renda	-	1.259	-	1.259
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.597	-	41.597	-
Imposto de renda e contribuição social	41.597	(4.719)	40.983	(5.046)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de imposto de renda e contribuição social nos montantes de R\$ 40.406 e R\$ 40.256, respectivamente.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado do exercício de 2008, está demonstrada a seguir:

	2008	
	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.188	46.506
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	16.044	15.812
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social	(2.662)	(2.662)
Resultado de equivalência patrimonial	(911)	-
Redução de incentivo fiscal federal	(428)	(428)
Exclusão de incentivo fiscal estadual	(7.853)	(7.853)
Outras exclusões, líquidas	529	177
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	4.719	5.046
Alíquota efetiva	10%	11%

Em 2009, amparada na expectativa de lucros tributários futuros, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como sobre as diferenças temporárias entre as bases contábeis e bases fiscais de seus ativos e passivos.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A composição do imposto de renda e contribuição social ativos diferidos estão demonstrada abaixo:

	2009		
	IR	CSLL	Total
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	24.761	9.099	33.860
Diferenças temporárias:			
Provisão para devedores duvidosos	1.155	415	1.570
Provisão para perdas com estoques	314	113	427
Provisão para contingências	3.835	1.380	5.215
Outras provisões	385	140	525
Total	30.450	11.147	41.597
Circulante	(17.124)	(6.229)	(23.353)
Não circulante	13.326	4.918	18.244

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, indicam a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Expectativa de Realização	2009
2010	23.353
2011	4.563
2012	6.564
2013	7.117
	<u>41.597</u>

Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a Companhia estima utilizar em 2010, R\$ 21.024 de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação das multas, juros e encargos legais relativos aos débitos incluídos no parcelamento denominado Programa de Recuperação Fiscal – “REFIS”, descrito na Nota 17b.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Participações em empresas controladas	25.952	24.229	-	-
Outros investimentos	64	460	64	460
	26.016	24.689	64	460

	2009			
	Tergran	Pico da Caledônia	Chiarini	Total
Informações sobre as investidas				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999	8.475.000	
Participação no capital total e votante	33,33%	99,90%	100,00%	
Capital social	9.204	18.389	8.475	
Patrimônio líquido	10.119	22.600	8.806	
Lucro líquido (prejuízo) do período	918	1.555	(3.340)	
Movimentação dos investimentos				
Saldo em 31 de dezembro de 2008	3.202	21.027	-	24.229
Distribuição de lucros	(135)	-	-	(135)
Aquisição de investimentos	-	-	8.644	8.644
Equivalência patrimonial	307	1.551	(3.340)	(1.482)
Incorporação de investimentos	-	-	(5.304)	(5.304)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.374	22.578	-	25.952

Em 6 de janeiro de 2009, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda. ("Chiarini"), sociedade empresarial com sede em Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração de J. Macêdo S.A. em reunião realizada em 6 de janeiro de 2009, nos termos do art. 15, "i", do Estatuto Social e foi ratificada pela Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, do dia 28 de abril de 2009, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256, da Lei nº 6.404/76.

O valor da aquisição da Chiarini foi de R\$ 28.128, dos quais R\$ 19.484 representam o valor pago a maior em relação ao valor do patrimônio líquido pelos livros contábeis da Chiarini em 31 de dezembro de 2008. Do montante de R\$ 19.484, pago a maior, R\$ 13.135 foram alocados ao ativo imobilizado, basicamente, a máquinas e equipamentos e veículos, sendo que o saldo remanescente de R\$ 6.399 está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2009 havia um saldo de R\$ 16.204 a pagar aos antigos acionistas da Chiarini. Esse montante está registrado na conta "outras contas a pagar" (R\$ 3.229 no circulante e R\$ 12.975 no não circulante).

Seguindo o plano de aquisição da Chiarini, a J. Macêdo S.A. incorporou essa controlada em agosto de 2009, com base no acervo líquido de 31 de julho de 2009. Essa incorporação teve como objetivo de evitar a superposição de estruturas societárias, bem como reduzir seus custos operacionais.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação -%	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
				2009	2008
(a) Controladora:					
Terrenos	-	8.426	-	8.426	8.426
Edificações e outros imóveis	4,4	100.420	(61.289)	39.131	38.770
Benfeitorias em bens de terceiros	4	9.412	(775)	8.637	5.190
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10	155.923	(81.038)	74.885	45.597
Instalações	10	26.183	(20.769)	5.414	2.001
Móveis e utensílios	10	9.885	(6.370)	3.515	3.459
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	20	7.765	(4.096)	3.669	8.059
Veículos	20	2.132	(721)	1.411	-
Outros	20	2.576	(1.391)	1.185	1.237
		322.722	(176.449)	146.273	112.739
Imobilizado em andamento	-	22.019	-	22.019	7.012
Adiantamento a fornecedores	-	7.373	-	7.373	7.398
		352.114	(176.449)	175.665	127.149

	Taxas médias anuais de depreciação -%	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
				2009	2008
(b) Consolidado:					
Terrenos	-	10.775	-	10.775	10.775
Edificações e outros imóveis	4,4	103.185	(62.612)	40.573	40.300
Benfeitorias em bens de terceiros	4	9.412	(775)	8.637	5.190
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10	158.104	(82.726)	75.378	46.266
Instalações	10	26.476	(21.055)	5.421	2.031
Móveis e utensílios	10	9.895	(6.389)	3.506	3.471
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	20	7.865	(4.190)	3.675	8.065
Veículos	20	2.132	(721)	1.411	-
Outros	20	2.576	(1.391)	1.185	1.237
		330.420	(179.859)	150.561	117.335
Imobilizado em andamento	-	22.019	-	22.019	7.012
Adiantamento a fornecedores	-	7.373	-	7.373	7.398
		359.812	(179.859)	179.953	131.745

O imobilizado em andamento está representado por reformas e ampliações em instalações industriais e máquinas e equipamentos com previsão de conclusão e instalação até meados de 2010.

Parte do ativo imobilizado foi indicado para garantia dos empréstimos e financiamentos, conforme na Nota 15, e para contingências, conforme descrito na Nota 19.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Arrendamento mercantil

A Companhia possui certos contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil são classificados como arrendamentos. A Companhia classifica um arrendamento como financeiro quando pelo menos uma das seguintes condições é atendida:

- i) Há a transferência de propriedade do ativo para a Companhia no fim do prazo do arrendamento;
- ii) A Companhia tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível, e a Administração possui intenção provável de exercê-la;
- iii) O prazo do arrendamento refere-se a, no mínimo, 75% da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida. A Administração da Companhia entende que 75% correspondem à maior parte da vida econômica do ativo;
- iv) No início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento representa, no mínimo, 90% do valor justo do ativo arrendado. A Administração da Companhia entende que 90% correspondem substancialmente ao valor justo do ativo arrendado.

A Companhia estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos alugueis mínimos a serem utilizados para cálculo do critério "iv" acima.

a) Arrendamentos financeiros

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

a.1) Ativo Imobilizado ("Propriedades com arrendamento mercantil"):

Tipo	Prazo do contrato (anos)	2009		2008	
		Custo (valor presente dos alugueis mínimos)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Estabelecimentos					
Industriais	21 e 22	45.310	(33.266)	12.044	12.694
Computadores	3	2.295	(612)	1.683	2.142
Veículos	2 e 3	133	(44)	89	-
		47.738	(33.922)	13.816	14.836

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Arrendamento mercantil--Continuação

a.2) Obrigações do arrendamento mercantil

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

2009			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2010	1.486	(1.206)	280
2011 a 2015	8.766	(7.096)	1.670
Após 2015	23.072	(11.756)	11.316
	33.324	(20.058)	13.266

2008			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2009	1.783	(1.523)	260
2010 a 2014	8.915	(7.273)	1.642
Após 2014	24.409	(12.785)	11.624
	35.107	(21.581)	13.526

a.3) Contas de resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia registrou no resultado do período, R\$ 650 (R\$ 650 em 2008) de despesas de depreciação, R\$ 1.523 (R\$ 1.541 em 2008) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 1.783 (R\$ 1.783 em 2008).

b) Arrendamentos operacionais

Os contratos de arrendamento classificados como operacionais que possuem os seguintes vencimentos e pagamentos mínimos:

Vencimento	Pagamentos mínimos
2010	2.120
2011 a 2014	156
	2.276

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi de R\$ 2.666 (R\$ 4.141 em 2008).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (controladora e consolidado)

	Taxas médias anuais de amortização -%	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	
				2009	2008
Vida útil indefinida					
Marcas e patentes	-	46	-	46	52
Ágio na aquisição de investimento (a)	-	6.399	-	6.399	-
Vida útil definida					
Softwares (b)	20	35.556	(9.352)	26.204	21.324
		42.001	(9.352)	32.649	21.376

- (a) Refere-se ao ágio na aquisição da Chiarini (vide nota 11). Esse ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura decorrente de sinergias, ganhos em escala e fortalecimento da presença da Companhia no Estado de Minas Gerais.
- (b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial – ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	2009	2008
Capital de giro (1)	Variação do CDI mais 2,17% a.a.	67.234	42.924
FINAME (2)	Variação da TJLP mais 1,9 % a.a.	4.438	6.529
Leasing	Variação do CDI mais 0,94%	1.869	2.625
Crédito Rural	6,75% a.a.	20.258	-
Moeda estrangeira			
FINIMP (3)	Variação do US\$ mais 5,5% a.a.	-	5.242
		93.799	57.320
Circulante		(79.230)	(44.999)
Não circulante		14.569	12.321

(1) Garantido, não em sua totalidade, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.

(2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e nota promissória.

(3) Garantido por notas promissórias.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2009	2008
2010	-	4.443
2011	13.965	7.260
2012	604	618
	14.569	12.321

16. Debêntures (controladora e consolidado)

	2009	2008
Passivo		
Circulante		
Principal	29.609	29.609
Encargos	1.933	4.378
(-)Custos de captação	(412)	(412)
	31.130	33.575
Não circulante		
Principal	29.578	59.187
(-)Custos de captação	(309)	(721)
	29.269	58.466
	60.399	92.041

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Debêntures (controladora e consolidado)--Continuação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 556, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, passamos a contabilizar os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de debêntures e amortizá-los com base na mesma base de amortização das debêntures.

Características da oferta:

Debêntures	1ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	10.360
Remuneração	CDI + 1,5% a.a.
Vencimento	01/09/2011

Em 18 de outubro de 2007, foi efetuada a liquidação financeira referente à primeira oferta pública de debêntures da Companhia com data de emissão de 1º de setembro de 2007 e valor nominal de R\$ 10, com a captação do montante bruto de R\$ 105.147 (inclui rendimento de 1º de setembro a 18 de outubro de 2007).

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificado e não serão conversíveis em ações da Companhia.

O valor do principal será amortizado em 7 parcelas semestrais, a partir do 12º mês da data de emissão, sendo a primeira em 1º de setembro de 2008 e a última em 1º de setembro de 2011.

A operação está garantida pela cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da J. Macêdo S.A., decorrentes da comercialização de seus produtos, representados por duplicatas físicas e/ou escriturais.

Esta operação teve classificação de risco brA- da "Standard & Poor's".

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2009	2008
2010	-	29.609
2011	29.578	29.578
	29.578	59.187

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Tributos a recolher

	Controladora					
	2009			2008		
	Não		Total	Não		Total
Circulante	circulante	Circulante		circulante		
ICMS	10.233	-	10.233	9.112	-	9.112
PIS e COFINS	3	-	3	1.555	-	1.555
IRPJ e CSSL	66	-	66	-	-	-
Parcelamento ICMS a recolher (a)	934	1.807	2.741	909	2.667	3.576
Parcelamento PAES (b)	-	-	-	5.947	20.813	26.760
Parcelamento AFRMM	-	-	-	80	35	115
Parcelamento Excep. – PAEX (b)	-	-	-	513	3.850	4.363
Diferimento ICMS (PROVIN)	4.218	3.153	7.371	6.257	3.978	10.235
REFIS IV (b)	21.678	9.036	30.714	-	-	-
INSS retido	362	-	362	375	-	375
ISS retido	146	-	146	109	-	109
Outros	213	-	213	220	-	220
Total	37.853	13.996	51.849	25.077	31.343	56.420

	Consolidado					
	2009			2008		
	Não		Total	Não		Total
Circulante	circulante	Circulante		circulante		
ICMS	10.233	-	10.233	9.112	-	9.112
PIS e COFINS	40	-	40	1.555	-	1.555
IRPJ e CSSL	121	-	121	93	-	93
Parcelamento ICMS a recolher (a)	934	1.807	2.741	909	2.667	3.576
Parcelamento PAES (b)	-	-	-	5.947	20.813	26.760
Parcelamento AFRMM	-	-	-	80	35	115
Parcelamento Excep. – PAEX (b)	-	-	-	513	3.850	4.363
Diferimento ICMS (PROVIN)	4.218	3.153	7.371	6.257	3.978	10.235
REFIS IV (b)	21.678	9.036	30.714	-	-	-
INSS retido	388	-	388	375	-	375
ISS retido	148	-	148	112	-	112
Outros	243	-	243	275	-	275
Total	38.003	13.996	51.999	25.228	31.343	56.571

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Tributos a recolher--Continuação

a) Parcelamentos de débitos de ICMS das unidades de Maceió e Niterói, efetuados em 2003 e 2002. Em 31 de dezembro de 2009, os saldos em aberto são compostos por 36 e 28 parcelas, respectivamente, sendo as parcelas de curto prazo no montante de R\$ 934 (R\$ 909 em 31 de dezembro de 2008).

b) REFIS – Programa de Recuperação Fiscal

Em de 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, que veio a permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.

A J.Macedo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

De acordo com as normas legais acima referidas a dívida bruta totaliza R\$ 55.594. Nessa dívida foram considerados os débitos que não foram alvos de parcelamentos, reinclusões de débitos que tinham solicitados sua inclusão no PAES, parcelamentos em andamento dos PAES e PAEX, e débitos do REFIS I.

A redução legal sobre a dívida bruta totalizou R\$ 14.918. Conseqüentemente, o valor da dívida líquida, antes da compensação dos saldos de prejuízos fiscais importa no valor de R\$ 40.677 com previsão para pagamento parcelado em 180 meses. O efeito líquido, no resultado do exercício, após o registro/complemento dos valores que compõem a dívida bruta e das reduções previstas na Lei, representou um ganho de R\$ 881, registrado como receitas financeiras e outras receitas operacionais.

Na ocasião da consolidação da dívida pela Receita Federal do Brasil, em 2010, a Companhia fará uso de parte dos saldos de prejuízos fiscais, no valor de R\$ 21.025 para compensar com juros, multa e encargos legais relativos aos débitos incluídos nesse parcelamento, reduzindo-se esta dívida para o valor de R\$ 19.652.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Tributos a recolher--Continuação

b) REFIS – Programa de Recuperação Fiscal--Continuação

Ainda assim, após sua consolidação, o saldo de R\$ 19.652, deverá ser parcialmente realizado com o saldo de depósitos judiciais, no valor de R\$ 9.963, atualizados até 31 de dezembro de 2009, reduzindo esta obrigação para R\$ 9.689, após a compensação dos referidos depósitos.

Os montantes a pagar no longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado
2010	4.740
2011	1.526
2012	653
A partir de 2013	7.077
	13.996

18. Provisão para contingências (controladora e consolidado)

A Companhia é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2009 e 2008 têm a seguinte composição:

	2009	2008
Tributárias (a)	7.582	15.453
Trabalhista (b)	3.733	5.447
Cíveis e administrativas (c)	4.025	3.702
Total	15.340	24.602

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

a) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 152.292 (R\$ 222.479 em 2008), sendo R\$ 70.462 (R\$ 56.552 em 2008) de tributos federais; R\$ 81.433 (R\$ 165.730 em 2008) de impostos estaduais e R\$ 396 (R\$ 197 em 2008) de tributos municipais. Do valor total da contingência tributária, (i) R\$ 7.582 (R\$ 15.453 em 2008) referem-se à chance provável de perda, em diversas ações e outras provisões para as quais ainda não existe ação judicial; e (ii) R\$ 80.964 (R\$ 113.556 em 2008) referem-se à chance possível de perda em diversas ações.

Os Estados de Alagoas, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo exigem supostos débitos de ICMS no valor de R\$ 81.433 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 165.730 em 2008).

Adicionalmente, a Companhia está pleiteando a homologação de compensação efetuada entre créditos de PIS e COFINS (originados de pagamentos indevidos por conta da inclusão, na base de cálculo dessas contribuições, de receitas de vendas com destino à Zona Franca de Manaus) com débitos de COFINS e IRPJ. O valor estimado da discussão é de R\$ 1.308, em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 1.347 em 2008).

b) Trabalhistas

No geral, as principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por dano material e moral decorrentes de acidente de trabalho.

Em 31 de dezembro de 2009, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de aproximadamente R\$ 31.578 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 25.128 em 2008). Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 3.733 (R\$ 5.447 em 2008) referem-se à chance provável de perda; e (ii) R\$ 19.836 (R\$ 14.224 em 2008) referem-se à chance possível de perda.

Em 31 de dezembro de 2009, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 1.643 (R\$ 789 em 2008).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia era ré em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 9.992 (R\$ 9.038 em 2008). Do total da contingência, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 4.025 (R\$ 3.702 em 2008) referem-se à chance de perda provável; e (ii) R\$ 5.335 (R\$ 4.823 em 2008) referem-se à chance possível de perda.

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo a ações indenizatórias, representantes comerciais, ações de cobrança fundadas em motivos variados, entre outros.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Capital social – em Reais mil	197.873	197.872
Ações nominativas - quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.342
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	1.337	1.337
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.128</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais Classe "B", foram subscritas com recursos do "Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR", e a elas é assegurada participação integral nos resultados.

As ações preferenciais não terão direito de voto; as ações preferenciais classe "B" farão jus às seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

As ações preferenciais adquirirão direito de voto se a Companhia, por mais de três exercícios, não distribuir os dividendos fixos a que têm direito.

b) Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da Assembléia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

c) Reserva de capital – Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrado como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de Janeiro de 2008 esse incentivo passou a ser registrado como redutor da despesa de imposto de renda e, posteriormente, transferido para a reserva de lucros.

d) Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias, conforme comentado na Nota 3.p.

e) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal até alcançar 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembléia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio Líquido--Continuação

e) Destinação do lucro--Continuação

A Administração está propondo uma distribuição de dividendos no valor de R\$ 4.789, "ad-referendum" da Assembléia Geral Ordinária, como segue:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	45.715	42.469
(-) Absorção de prejuízos acumulados	-	(425)
	45.715	42.044
(-) Reserva legal – 5%	(2.286)	(2.102)
	43.429	39.942
(-) Reserva de incentivos fiscais	(24.273)	(24.356)
Base de cálculo dos dividendos	19.156	15.586
Dividendos propostos:		
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	4.789	3.896
Dividendos complementares	-	11.690
	4.789	15.586

f) Reserva de Retenção de Lucros

O saldo em 31 de dezembro de 2009, de R\$ 14.367, está à disposição da assembléia geral dos acionistas para destinação.

20. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Despesas de juros	(22.054)	(22.314)	(20.809)	(22.317)
Variações monetárias e cambiais passivas	(3.070)	(10.815)	(3.070)	(10.815)
CPMF	-	(116)	-	(116)
Outras despesas financeiras	(2.486)	(2.693)	(2.498)	(2.693)
Descontos concedidos	(1.061)	(2.128)	(1.134)	(2.128)
Tarifas bancárias	(1.158)	(895)	(1.327)	(895)
IOF	(840)	(3.681)	(853)	(3.681)
Total das despesas financeiras	(30.669)	(42.642)	(29.691)	(42.645)
Receitas de juros	10.093	5.915	10.267	5.861
Descontos obtidos	45	977	46	977
Variações monetárias e cambiais ativas	7.870	6.474	7.882	6.139
Outras receitas financeiras	1.046	439	1.047	770
Total das receitas financeiras	19.054	13.805	19.242	13.747
Resultado financeiro líquido	(11.615)	(28.837)	(10.449)	(28.898)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Incentivos fiscais

a) ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos a partir do ano de 2008 até 2017 para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador, a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos a partir do ano de 2008 até 2017 e redução de 12,5% a partir do ano de 2009 até 2013 para industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a Companhia apurou prejuízo fiscal, não havendo base para cálculo do lucro da exploração. Em 31 de dezembro de 2008 o incentivo totalizou R\$ 1.259.

b) Estado do Ceará

A unidade de Fortaleza da J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até junho de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 36 meses, para os incentivos fiscais incorridos até outubro de 2006 e 24 meses nos períodos subseqüentes, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, este incentivo fiscal totalizou R\$ 17.311 (R\$ 21.846 em 31 de dezembro de 2008).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Incentivos fiscais--Continuação

c) Estado da Bahia

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008 e nº 59, de 26 de agosto de 2009.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, este incentivo fiscal totalizou R\$ 6.962 (R\$ 1.252 em 31 de dezembro de 2008).

22. Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com sua classificação.

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a Companhia e/ou suas controladas não tinham nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes a caixa – Estão apresentados ao seu valor de mercado.
- Contas a receber – Decorrem diretamente das operações, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações gerais--Continuação

- Fornecedores – Decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de insumos com preços praticados a valor de mercado.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: O principal propósito destes instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente auxiliar nas necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

Não havia diferença significativa entre os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

b) Fatores de risco

Os fatores de risco que afetam os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são os seguintes:

(i) Risco de câmbio e de preços dos insumos e produtos acabados

O principal insumo utilizado no processo produtivo é o trigo, cujo preço sofre flutuações em função das forças de mercado, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado internacional. Os riscos da taxa de câmbio e preço do trigo relacionam-se com a possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio e preço do trigo aumentando o custo da matéria-prima (trigo importado) e de produção. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo no mercado internacional ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

Essas operações são usualmente liquidadas à vista ou com prazo inferior a 7 (sete) dias, não tendo ocasionado saldos a pagar na data do balanço.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de vir a incorrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de encargos de dívida, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

Quadro 1 Risco de deterioração dos encargos financeiros

					2009
					R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
ATIVOS FINANCEIROS					
Aplicações financeiras	CDI	9.345	11.681	14.018	
PASSIVOS FINANCEIROS					
Capital de giro	CDI	(5.342)	(6.678)	(8.013)	
Finame	TJLP	(434)	(543)	(651)	
Leasing	CDI	(108)	(135)	(162)	
Debêntures	CDI	(10.630)	(13.288)	(15.945)	
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em	25%	50%	
	CDI (%)	9,87	12,34	14,81	
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em	25%	50%	
	CDI %	9,87	12,34	14,81	
	TJLP %	6,19	7,74	9,29	

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Quadro 2 Risco de deterioração das receitas financeiras

				2009	
				R\$ Mil	
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
ATIVOS FINANCEIROS					
Aplicações financeiras	CDI	9.345	7.009	4.673	
PASSIVOS FINANCEIROS					
Debêntures	CDI	(10.630)	(7.973)	(5.315)	
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Deterioração da taxa em	25%	50%	
CDI (%)		9,87	7,40	4,94	
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Deterioração da taxa em	25%	50%	
CDI %		9,87	7,40	4,94	

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e das suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

(iii) Risco operacional de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

(iv) Risco de crédito financeiro

Não há concentração de recursos disponíveis que não tenham sido mencionados acima que poderiam, se eliminados repentinamente, impactar severamente a operação da Companhia.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais, responsabilidade civil e geral para resguardar seus ativos imobilizados, estoques, bem como sua operação.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

Modalidade:	2009
Danos elétricos	800
Vendaval	20.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	88.750
Lucros cessantes decorrentes de incêndios	49.521
	159.071

24. Mudanças em práticas contábeis e divulgações requeridas

Durante o ano calendário de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e orientações cuja vigência é mandatória apenas para os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2010, e para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 2010, exclusivamente para fins comparativos.

Os principais pronunciamentos que podem gerar efeitos para a Companhia são:

- CPC 15 – Combinação de Negócios
- CPC 16 – Estoques
- CPC 18 – Investimentos em Coligadas
- CPC 19 – Investimentos em Empreendimentos em Conjunto
- CPC 20 – Custos de Empréstimos
- CPC 21 – Demonstração Intermediária
- CPC 22 – Informações por Segmentos
- CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 27 – Ativo Imobilizado
- CPC 30 – Receitas
- CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
- CPC 32 – Tributos sobre o lucro
- CPC 33 – Benefícios a empregados
- CPC 36 – Demonstrações consolidadas

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Mudanças em práticas contábeis e divulgações requeridas-- Continuação

CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração
CPC 39 – Instrumentos Financeiros – Apresentação
CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação
CPC 43 – Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

A Companhia está avaliando os efeitos contábeis dos pronunciamentos contábeis e estará oportunamente, divulgando em suas demonstrações financeiras durante o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2010, aplicando-se, no entanto, as mesmas regras, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para fins de comparabilidade.